

Território e territorialidades na construção do espaço urbano.

Gabriela Lema Icasuriaga, Victor Costa, Juliana Lopes Fonseca y Larissa Borges Tavares Da Costa.

Cita:

Gabriela Lema Icasuriaga, Victor Costa, Juliana Lopes Fonseca y Larissa Borges Tavares Da Costa (2017). *Território e territorialidades na construção do espaço urbano. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/3823>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Território e territorialidades na construção do espaço urbano

Gabriela Lema Icasuriaga

gabrielalemai@gmail.com

Escola de Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brasil

Victor Costa

victorxcosta@gmail.com

Escola de Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brasil

Juliana Lopes

juliana.lopeseqw@gmail.com

Escola de Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brasil

Larissa Borges

larissa2603.lb@gmail.com

Escola de Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

Estes e outros trabalhos e estudos realizados seguiram uma linha de reflexão, que se pretende teórica e metodológica, agregada em torno da categoria *reprodução sócio territorial*, por entendermos que a mesma exprime as múltiplas determinações de produção do espaço pelo conjunto de práticas relacionadas à provisão de necessidades humanas de subsistência e acesso à geração e distribuição das riquezas que facilitam ou dificultam as condições de vida em sociedade. A preocupação com a mudança social perpassa nossos interesses de aprofundamento teórico e de apreensão e compreensão da complexidade social com a qual atuamos, com a intenção de contribuir com os sujeitos sociais que constroem seu cotidiano em condições subalternas aos centros de poder econômico e político. Neste momento nosso interesse é buscar subsídios que nos permitam uma melhor compreensão do território e das territorialidades que se produzem e se recriam no espaço urbano, seja a partir de imposições na formatação de políticas públicas que adotam uma perspectiva espacial na sua operacionalização, seja nas práticas de populações que vivem seu entorno e a cidade a partir de necessidades e utopias próprias, produtoras de novas relações de sociabilidade. Em princípio arriscamos a pensar que a noção de território inscrita nas políticas sociais sustenta noções de controle, domínio e sujeição da população usuária dessas políticas, enquanto que no enorme leque de experiências localizadas de produção de territorialidades a partir dos sujeitos sociais, entrevemos ações pautadas em princípios que fogem da lógica predominante de integração social submetida às leis do mercado. É principalmente nestas últimas que queremos centrar a nossa atenção, tanto para compreendê-las como para buscar relações e nexos nos diversos sentidos da produção e reprodução das relações em e com o território, tanto materiais como simbólicas. Pensamos que esse percurso nos ajudará a refletir sobre algumas experiências que, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, começam a ser percebidos como alternativas ao atual modelo de desenvolvimento e de urbanização que torna as nossas cidades insustentáveis para a vida. Pensamos aqui nas possibilidades que formulações recentes sobre desenvolvimento que colocam em primeiro lugar às populações, suas relações e o respeito ao meio ambiente. Uma compreensão de desenvolvimento baseada numa cosmovisão que entende as relações entre os indivíduos e seu



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

meio natural, social, econômico e político numa perspectiva que antecede e supera as imposições colonialistas. Novas formas de subversão que se apresentam ou ressurgem em contraposição ao atual modelo de poder em crise e de seus projetos de desenvolvimento, baseados em relaciones sociais históricas dos povos latino-americanos que recolocam, com força maior, formas de existência alternativas.

ABSTRACT

These and other works and studies have followed a line of reflection, which is intended to be theoretical and methodological, aggregated around the category of socio-territorial reproduction, because we understand that expresses multiple determinations of space production by the set of practices related to the provision of human subsistence needs and access to the generation and distribution of the wealth that facilitates or hinders the conditions of life in society. The concern with social change permeates our interests of theoretical deepening and apprehension and understanding of social complexity, with an intention to contribute with the social subjects that build their daily life in conditions subordinate to the centers of economic and political power. At this moment our interest is to seek subsidies that allow us a better understanding of the territory and territories that are produced and recreated in the urban space, either through impositions in the format of public policies that adopt a spatial perspective in its operationalization, and in the practices of populations living in their surroundings and their city from their own needs and utopias, according to the relations of sociability. At first, we risk thinking that the notion of territory inscribed in social policies sustains notions of control, domination and subjection of the population that uses these policies, while in the enormous range of localized experiences of production of territorialities from the social subjects, we see actions based on principles that escape the prevailing logic of social integration subject to the laws of the market. It is mainly in the latter that we want to focus our attention both to understand them and to seek relationships and links in the various senses of the production and reproduction of relations in and with the territory, both material and symbolic. We think that this course will help us reflect on some experiences that, in Brazil and in other Latin American countries, are beginning to be perceived as alternatives to the current model of development and urbanization that



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

makes our cities unsustainable for life. We are thinking here of the possibilities that recent formulations on development, which put the populations first, their relations and respect for the environment. An understanding of development based on a worldview that understands the relations between individuals and their natural, social, economic and political environment in a perspective that precedes and surpasses colonialist impositions. New forms of subversion that present or recur in contrast to the current model of power in crisis and its development projects, based on historical social relations of the Latin American peoples that, with greater force, reposition alternative forms of existence.

Palabras clave: territorialização, desterritorialização, América Latina

Keywords: territorialization, deterritorialization, Latin America



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Nosso ponto de partida é que o fenômeno urbano, sob a predominância das relações de produção capitalistas, se caracteriza, fundamentalmente, (1) pelo grau de aglomeração espacial dos meios de produção e reprodução social (em relação ao capital e à força de trabalho), que lhe confere uma posição dentro do processo de divisão territorial e internacional do trabalho, e em consequência (2) pela contribuição que presta no desempenho de determinadas funções, necessárias, à acumulação do capital, cuja estrutura e dinâmica encontram-se submetidas, portanto, à sua lógica, hoje dominante em todo o mundo, (3) pela coexistência de forças produtivas e atividades que não respondem à ordem hegemônica do capital, mesmo que submetidas e articuladas a este.

Um dos principais efeitos do neoliberalismo e da globalização econômica na América Latina é a forte tendência a re-primarização e a terceirização da estrutura produtiva, após o processo de desindustrialização que reduziu drasticamente a população operária industrial-urbana, quebrou suas organizações gremiais e impôs outras formas para suas organizações políticas.

Na perspectiva atualmente hegemônica, o território é reduzido a sua função mercantil, priorizando a exploração daquilo que oferece vantagens imediatas na dinâmica do capitalismo global. Para garantia de investimentos financeiros e comerciais, os países buscam estratégias para se tornarem mais atrativos: redução do protecionismo do Estado em diferentes âmbitos – leis trabalhistas, ambientais, etc. –, a construção de uma imagem estética das cidades marcada por grandes prédios e shopping centers, entre outras intervenções que sobrepõem a imagem à habitabilidade, a cidade convertida em um capital móvel do consumo seletivo e de massa, como aponta Barbosa (2006).

Os cada vez mais agressivos processos de desterritorialização somados ao aumento de formas de sobre exploração do trabalho, produzem novas territorializações, que engrossam as periferias do mundo, principalmente as periferias urbanas. Inúmeros estudos apontam para a insustentabilidade de sobrevivência planetária, começando pelas cidades, segregadas desde suas gênesis, servidas precariamente dos mínimos necessários para a aglomeração humana, não comportam as massas deslocadas e sem perspectivas.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A intensificação, sob a globalização neoliberal, de processos interventivos no espaço urbano orientados para uma imediata obtenção de lucro, especulação e atração de segmentos sociais com capacidade econômica e de consumo seletivo, tem acirrado disputas entre projetos societários diferentes e mesmo antagônicos. No entanto, observamos a emergência de novas e diferentes expressões sociais que podem ser potencializadas a partir da compreensão dos fundamentos das relações de poder e sua consequente desarticulação.

A nossa pesquisa, ainda em estágio inicial de desenvolvimento, parte das principais características do atual contexto das relações de produção dominante, para pensar as mudanças provocadas na noção de território, as múltiplas conceituações que se sucedem sobre territorialização e desterritorialização, para finalmente abordar o que a nosso ver seriam territorialidades que reforçam as premissas dominantes e territorialidades que confrontam a sujeição a essa lógica dominante.

Neste trabalho buscamos evidenciar que a intervenção nos territórios urbanos segue a mesma lógica dos atuais processos de valorização do capital a escala planetária, que irrompem novamente nos territórios periféricos para a extração de superlucros através de dois mecanismos principais: a reprimarização da economia latino-americana e a sobre exploração do trabalho. Duas estratégias de valorização do capital que impõem intervenções que territorializam/desterritorializam tanto o espaço urbano como o rural.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceitual

Conceitos de território e territorialidades

Diferentes áreas da ciência têm analisado o conceito de território a partir de suas respectivas especificidades, muitas vezes com caráter unilateral priorizando uma única dimensão em relação a outras. Em Haesbaert (2005) verificamos vertentes que se destacam no campo da conceituação: a jurídico-política, cultural(ista), econômica e ainda um conjunto menos difundido denominado de naturalista. Dentre as citadas, a jurídico-política, com ênfase na ideia de desenvolvimento, é a que predomina e que tem legitimado o poder, o controle e, em consequência, as políticas públicas do Estado. As contribuições da perspectiva cultural(ista) partem do aspecto da subjetividade, simbolismo e cultura, atribuindo ao território uma determinação pela forma de apropriação e reconhecimento de um grupo social sobre o espaço. As conceituações que valorizam a dimensão econômica, por vezes podendo se apresentar exacerbadamente economicistas, enfatizam os conflitos entre as classes sociais com base nas relações entre capital e trabalho. Por fim, a natural(ista), embora mais antiga, atualmente é a menos difundida. Está assentada nas relações dos indivíduos a partir da utilização dos recursos da natureza e na reivindicação do espaço para garantia das condições de manutenção da vida.

Compreendemos que o território deve ser analisado em sua totalidade, pois as interpretações que consideram apenas uma de suas dimensões acabam por utilizar o seu conceito meramente como instrumento analítico de pesquisa e efetivação de uma intencionalidade. Segundo Fernandes (2008), a intencionalidade, nesse contexto, é resultante da reflexão para prática, visando atender um fim, isto é os indivíduos interpretam, planejam e intervêm no território de acordo com as suas intenções.

Para aproximação de uma análise que partindo da totalidade busca compreender a essência e a singularidade de um determinado território, é necessário primeiramente distingui-lo do conceito de espaço, embora indissociáveis, apresentam significados diferentes. O espaço é anterior ao território, representando a materialidade da existência humana (LEFEBVRE, 1991 *apud* FERNANDES, 2008), está composto por sujeitos e pelos recursos naturais disponíveis. O território se forma a partir de sua fragmentação, decorrente das relações sociais estabelecidas na utilização desses recursos.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Desse vínculo resultam as suas dimensões – simbólica, cultural e política – que estão interligadas dialeticamente porque se complementam no movimento da vida e da história (Haesbeart, 2005).

Outra característica do território apontada por Saquet (2017) é a sua capacidade de organização e mobilização dos seus agentes, a diversidade de identidades, formação de redes, as apropriações e desapropriações, que justificam a intencionalidade para utilização de seus recursos, de cuja efetivação pode se configurar como uma ideia de desenvolvimento sustentável ou degradante. Sustentável é a relação de autonomia e autogestão dos indivíduos na utilização dos recursos naturais, a favor da construção e manutenção ambiental, cultural e política vinculada às ações de cooperação e solidariedade, enquanto degradantes são as ações de exploração desenfreada nas diferentes dimensões que compõem o território – dos recursos naturais, da força de trabalho etc. – legitimada pela centralização do poder e apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

No centro do debate dos conceitos de território, os recentes estudos que partem de uma perspectiva de totalidade territorial reconhecem o conjunto de suas dimensões como componentes de um todo orgânico. Conforme Haesbaert:

“O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma dimensão territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos” (Haesbaert, 1997, 2005).

Nesse sentido, o debate da territorialidade vai além de uma conceituação que rompe com as perspectivas unilaterais anteriormente apresentadas, admite também a possibilidade de um grupo social ocupar e se apropriar de outro território por meio da criação e reconhecimento de identidades, valorização do pertencimento a uma unidade patrimonial em comum, organização política e estratégias no campo da ação prática.

Segundo Saquet (2017) as redes que se formam no território são coletivas, se efetivam através de ações de caráter voluntário, visando o bem comum e a conquista da autonomia fundamentada numa concepção própria de desenvolvimento. Nesse processo leva-se em conta a constituição e valoriza-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ção de dois elementos indissociáveis: a identidade e identificação de patrimônio. A identidade é um produto social historicamente construído, pode ser um potencial mecanismo na luta para ocupar um território quando reconhecida e valorizada coletivamente. Está intrinsecamente vinculada ao patrimônio reconhecido nas relações de pertencimento como unidade comum a todos os indivíduos de um grupo e que se manifestam em construções sociais tanto materiais como imateriais.

Na perspectiva atualmente hegemônica, o território é reduzido a sua função mercantil, priorizando a exploração daquilo que oferece vantagens na dinâmica do capitalismo global. Para garantia de investimentos financeiros e comerciais, os países buscam estratégias para se tornarem mais atrativos: redução do protecionismo do Estado em diferentes âmbitos – leis trabalhistas, ambientais, etc. –, a construção de uma imagem estética marcada por grandes prédios e shopping centers, entre outros atributos. Barbosa (2006) afirma que as cidades não são mais, necessariamente, lugares para se habitar, mas para se exibir, sendo convertida, sob o primado da circulação de imagens, em um capital móvel do consumo seletivo e de massa.

Desse modo, um território se consolida somente na presença de outros, seja por oposição ou por coesão solidária que os vincula em conjuntos mais amplos (Barbosa, 2006). Nesses processos se evidenciam disputas entre projetos societários diferentes e mesmo antagônicos para o território, podendo se aproximar a modelos configurados como degradantes ou sustentáveis. Mesmo sob a hegemonia capitalista reforçada pelas políticas e intervenções de corte neoliberal nos territórios urbanos, ainda emergem novas e diferentes expressões de cidadania que podem ser potencializadas a partir da organização dos sujeitos que compartilham objetivos comuns traçados pela valorização das identidades e patrimônios sócio espaciais.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Este trabalho baseasse em pesquisa bibliográfica e documental, no intuito de sistematização e organização de conhecimentos que permitam uma melhor compreensão do fenômeno em análise. O referencial empírico sobre o qual nos apoiamos se constitui da sistematização de dados e informações sobre os países do subcontinente latino-americano, veiculados por órgãos públicos e privados, pela imprensa e por autores de reconhecida relevância social, política e acadêmica, com os quais estabelecemos uma interlocução crítica.

Apoiamo-nos numa concepção de cidade que sustenta que o fenômeno urbano se constitui sob a determinação das transformações nas formas pelas quais os homens produzem e reproduzem a sua existência material¹. Sendo assim, do nosso ponto de vista, uma pesquisa sobre a cidade que não considere a sua base produtiva e econômica resulta apenas na descrição aparente do fenômeno observado.

A importância do estudo do pensamento urbano está fincada na noção de que a cidade, além de ser o suporte da produção material e cultural da sociedade capitalista contemporânea, é simultaneamente uma força social produtiva de processos relacionados à geração e distribuição das mercadorias produzidas, como também uma força na produção do espaço político, processos esses que vão engendrar as condições de vida das diferentes classes sociais e frações de classe. Desse modo, para se conceber o urbano é necessário, de alguma maneira, levar em conta duas importantes determinações: o lugar que a cidade ocupa na divisão territorial nacional e internacional do trabalho e as relações sociais de produção e reprodução subjacentes a sua estrutura e seu funcionamento.

O lugar que a cidade ocupa é um produto histórico e socialmente definido pelo confronto de forças com interesses diversos e mesmo antagônicas, que foram moldando a predominância da função e da forma urbana. Historicamente reconhecemos a referência a cidades industriais, cidades sede das finanças, cidades eminentemente políticas, cidades portos e cidades caracterizadas como sede de

¹ Transformações essas submetidas à lógica de um determinado modo de produção e de uma correspondente estrutura político-institucional.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

serviços. A marca dessa determinação maior - inscrita em todo cenário urbano, desde a arquitetura, passando pelas modalidades de equipamentos e serviços coletivos, chegando até a sua organização social - hoje, encontra-se submetida à égide do capital financeiro, sob o comando dos grandes monopólios, mediado por organizações internacionais e suas correlatas locais, que tendem a homogeneizar os territórios de acordo a seus interesses econômicos e culturais.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análises e discussão de dados

Desde as últimas décadas do século passado, presenciamos um conjunto de mutações que imprimem uma nova constituição e dinamização à vida urbana: inovações tecnológicas dentro de um vastíssimo arco, especialmente em áreas de novos materiais, como a biotecnologia e a microeletrônica (informática, telemática, mecatrônica, eletrônica de consumo); criação de novos campos industriais e de serviços; reformulação nos padrões sociais de produção, circulação, troca, distribuição e consumo, que afetam toda a dinâmica da vida social. Essa dinâmica, que transpõe limites e obstáculos, é inerente à lógica de acumulação do capital, bem como a exigência de uma adequação correspondente, e de forma permanente, de todos os campos da produção e da vida social.

Num esforço de compreensão e categorização dos impactos das transformações territoriais e, em particular, do espaço urbano após a chamada reestruturação produtiva, Sassen (1998) destaca três tipos de lugares que vêm se impondo como símbolos das novas formas de globalização econômica: as zonas de processamento das exportações², os centros bancários offshore³ e as cidades globais. Estas últimas, sede do dinamismo das trocas internacionais, sofrem transformações econômicas, sociais, políticas e urbanísticas; sendo ainda o lócus de imensa gravitação dentro dos territórios nacionais. A intensidade dos fluxos macrorregionais e internacionais condiciona seu posicionamento em escala mundial e, em tal sentido, só algumas grandes cidades têm atingido as exigências para se posicionar no patamar das chamadas cidades globais ou cidades mundiais⁴.

Para situar as grandes cidades no circuito dos fluxos internacionais, particularmente daqueles que

2 Trata-se de são zonas situadas em países em que os salários são baixos, onde as empresas dos países desenvolvidos podem implantar fábricas para processar e/ou reunir componentes trazidos desses mesmos países e para eles reexportá-las. Em vários países desenvolvidos foi promulgada uma legislação a fim de tornar isso possível. A isenção de impostos e de padrões pouco exigentes quanto aos locais de trabalho são incentivos adicionais (Sassen, 1998: 34).

3 Os centros bancários *offshore* se destacam na economia globalizada por consistirem em lugares importantes nos circuitos mundiais dos fluxos financeiros. Funcionam principalmente como um paraíso fiscal, uma resposta que os atores do setor privado deram para fugir dos constrangimentos da regulamentação do governo onde seus interesses estão localizados (Sassen, 1998: 41).

4 Embora os conceitos de “cidade global” ou “cidade mundial” datem da década de 1980, fazendo referência às transformações urbanas dentro do quadro da reestruturação produtiva em processo nos países centrais, eles se generalizam como categoria analítica a partir da década de 1990. Nesse sentido é que ressaltamos o trabalho desenvolvido por Sassen (1991), o qual atribui essa denominação a cidades como Nova Iorque, Tóquio, Londres, Paris, Frankfurt, Los Angeles, Cingapura, Hong Kong, Miami, Cidade do México, São Paulo e Bombaim.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

correspondem aos setores mais dinâmicos da economia globalizada, os gestores urbanos e as elites locais têm orientado os esforços para atrair investimentos e capitais e, para tal, é recorrente a exaltação das vocações e atributos naturais dos espaços locais, ao mesmo tempo em que se realizam enormes investimentos no conjunto de pré-condições infraestruturas e de serviços financeiros, socioculturais e de fluidez territorial (transportes e comunicações), direcionados ao atendimento dos novos parâmetros internacionais.

Os organismos internacionais (BID, FMI etc) são atores centrais na implementação de estratégias de assessoria e financiamento para qualificar as cidades na concorrência para atrair novos investimentos de capital, tecnologia e competência gerencial, habilitando-as para competir como sede de novas indústrias e negócios, competir no preço e na qualidade dos serviços, competir na atração de força de trabalho, adequadamente qualificada, como única forma de enfrentar as atuais condições da mundialização da economia. A requalificação urbana atingiu cidades tanto situadas nos países de economias avançadas, como cidades situadas na periferia do capitalismo.

Porém, outros processos, também atrelados aos processos globais do capitalismo para enfrentar a queda sistemática da taxa do lucro no quadro de uma crise estrutural, expõe as contradições territoriais dos espaços globais⁵. Assim como o capital hegemônico requer cidades portadoras dos atributos acima descritos, os processos de valorização desse mesmo capital, sustentados pela necessidade de uma hiper rentabilidade, se apropriam das partes do planeta que ainda permitem extrair esses super lucros. Esses lugares do mundo “globalizado”, onde é possível para o grande capital – cada vez mais concentrado – extrair riquezas suficientes para se sustentar e expandir, são, no caso da América Latina, as mesmas periferias submetidas ao roubo e ao saqueio de 500 anos atrás. Mudaram os subterfúgios do poder, mas a geografia econômica planetária teve poucas alterações.

A incorporação da China e de alguns outros países asiáticos como grandes consumidores de bens primários não pode ser ignorada e merece abordagem particular, por enquanto faremos referência à forte demanda comercial aos países de América Latina, reforçando uma dinâmica histórica de espe-

⁵Entendemos a crise que impacta desde o início da década de 1970 e que afeta as condições da reprodução social não mais de natureza cíclica, mas uma crise estrutural, uma vez que evidencia os limites absolutos de reprodução do capital (MÉSZÁROS, 2002)



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

cialização econômica desta periferia, que se reedita como espaço de investimentos estrangeiros em atividades primárias e de infraestrutura de exportação de bens primários.

A atividade mineradora e a constante expansão da fronteira agrícola da soja, de acordo com dados da Cepal de 2012, mostravam a seguinte participação de bens minerais e agropecuários no total das exportações (FOB) de algumas das maiores economias da região: Brasil, 65,3%; Argentina, 68,8%; Colômbia, 83,5%; Chile, 86,2%; e Peru, 88,5%. A única exceção era o México, com apenas 27,3%. Mas o México é isso mesmo, uma exceção na região, na medida em que após a adesão ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte, há 20 anos, converteu-se numa plataforma industrial intensiva em mão de obra voltada à montagem de manufaturados e sua exportação para os EUA. E, embora a Cepal não apresente dados sobre a Venezuela, é de se supor que permaneça a dependência quase absoluta daquele país em relação ao petróleo, já que em 2011 as receitas obtidas com a venda do bem no mercado mundial corresponderam a 95,5% do total das exportações (Iglesias, 2014).

Dados que demonstram um dos principais efeitos do neoliberalismo e da globalização econômica na América Latina que marcam a forte tendência a re-primarização e a terceirização da estrutura produtiva, após o processo de desindustrialização que reduziu drasticamente a população operária industrial-urbana, quebrou suas organizações gremiais e impôs outras formas para suas organizações políticas.

Reafirma essa tendência as fortes disputas pela terra que hoje são guerras mais ou menos silenciosas de poder econômico e político, com enfrentamentos violentos que afetam as populações que vivem e se reproduzem historicamente de atividades primárias dependentes de ecossistemas que se extinguem e degradam em ritmo acelerado. A concentração da terra na América Latina é maior atualmente que na década de 1960: O 1% das fazendas de maior tamanho concentram 50% da superfície agrícola, as pequenas parcelas utilizam menos do que 13% da terra produtiva e sua superfície de 9 hectares na América do Sul e 1,3 hectares na América Central⁶.

⁶ No Brasil, por exemplo, a desigualdade na posse da terra não foi sequer reduzida entre 1995 e 2010, quando foram entregues mais de 80 milhões de hectares (uma superfície equivalente a duas vezes a extensão do Paraguai) e quase um



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O coeficiente de Gini para a terra é de 0,79 para o conjunto da região, sendo 0,85 na América do Sul e 0,75 na América Central. Níveis de concentração superiores aos observados na Europa (0,57), África (0,56) o Ásia (0,55). Comparada com a distribuição do ingresso – na qual América Latina também é a região mais desigual do mundo – o coeficiente de Gini regional é de 0,48 frente a 0,79 da terra, e também mais alto que na África Subsaariana (0,43), América do Norte (0,37) ou Ásia do Leste e Pacífico (0,37).

A confluência desses dois processos espaciais, que aparentemente estariam impactando dois tipos de território diferentes, um a nível urbano e outro a nível rural, afeta as condições de reprodução sócio territoriais de amplas camadas de população, tanto urbana, como rural. Requalificam setores da cidade para localização privilegiada de investimentos em infraestrutura e serviços que aumentam consideravelmente o preço solo e impossibilitam a permanência dos moradores originários, gerando os processos conhecidos como gentrificação; ao mesmo tempo expulsam camponeses, indígenas, pequenos agricultores, pescadores, quebradeiras e um sem fim de trabalhadores de atividades de sobrevivência, seja para expansão de atividades agroindústrias, de mineração, florestais, seja para apropriação de recursos naturais, decantação de dejetos, transposição de cursos de água, criação de barragens etc, inviabilizando os povos originários das Américas a se manterem nos seus locais históricos e rompendo com o caráter sagrado da sua cosmologia.

Esses contingentes humanos de desarraigados irão engrossar as já multitudinárias formas de exploração do trabalho não assalariado, como a escravidão, a servidão pessoal, o enorme leque de atividades informais e mesmo ilegais, ou, os mais agraciados poderão aderir à produção mercantil independente.

O ser humano, seja qual for sua condição, depende do solo que habita de maneira mais ou menos direta, não pode prescindir do local, do abrigo, da criação de laços de identidade, nem das condições mínimas de sobrevivência. Os cada vez mais agressivos processos de desterritorialização somados

milhão de famílias camponesas assentadas. Esta medida redistributiva não alterou o fato do país continuar sendo o paraíso do latifúndio, com mais de 40% da terra concentrada em menos de 1% das propriedades.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ao aumento de formas de sobre exploração do trabalho, apontam novas territorializações, que engrossam as periferias do mundo e as periferias urbanas. O mundo cada vez mais urbanizado, fenômeno ressaltado em vários estudos, apontam para o momento atual a insustentabilidade de sobrevivência planetária. Cidades segregadas, servidas precariamente dos mínimos necessários para a aglomeração humana, não comportam as massas deslocadas e sem perspectivas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões

Relações de poder e disputas por território são os pontos principais que marcam a dinâmica de acumulação capitalista até a atualidade. O avanço de políticas neoliberais que permitiu a minimização do Estado para os seus cometidos sociais e a sua quase exclusividade para as demandas do capital, fez com que se intensificasse o domínio e a exploração de terras voltadas para a exportação de bens primários. Segundo Fernandes (2008), o capital maximizado permite determinar mais ainda os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado atua em conjunto no sentido de facilitar esse processo que favorece as empresas capitalistas transnacionais e nacionais. Nesse sentido, o Estado adota medidas de desterritorialização das populações visando um determinado tipo de desenvolvimento atrelado a resultados econômicos imediatos. Enfatizamos que a conflitualidade decorrente da expansão territorial pelo capital não se restringe à contemporaneidade⁷, no entanto, incorpora a cada momento histórico novos mecanismos de exploração dos recursos do meio ambiente e da força de trabalho.

De acordo com Little (2002) há em curso um processo de disputa pelo território entre segmentos capitalistas e “populações tradicionais”, termo utilizado pelo autor com algumas objeções⁸, para referir a povos indígenas, remanescentes quilombolas, comunidades pescadoras, quebradeiras, pequenos produtores rurais, entre outros. Essas disputas se manifestam não somente pela ação direta com a natureza, mas também pela transcendência simbólica e cultural que o domínio sobre o território projeta sobre as pessoas e suas relações socioambientais, criando cisões em formas de domínio antagônicas. As políticas do Estado reforçam esse antagonismo, submetendo a população às exigências da acumulação do capital e de sua valorização.

⁷A relação da luta pelo território e a construção de formas de resistência estão presentes em todo o processo de formação social e territorial brasileiro. Paul E. Little (2002) se adentra na discussão da questão territorial ainda no período da colonização do país, argumentando que os invasores europeus se apropriaram do território para efetivação das plantations açucareiras e algodoeira, mineração e expansão da cafeicultura sustentadas no uso intensivo de escravos sequestrados da África.

⁸Essa categoria e outras como “populações”, “comunidades”, “povos” acompanhada de adjetivos como “tradicionais”, segundo o autor, são problemáticas devido à abrangência e diversidade de grupos que engloba.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A pesar da radicalidade dos processos de desterritorialização e de favorecimento às intervenções territoriais do grande capital, ainda há microterritórios e redes que se sustentam a partir de relações de solidariedade e cooperação entre indivíduos orientados pela lógica da sustentabilidade, indo em direção oposta ao modo de organização dominante. São essas formas de relação, presentes no cotidiano de um número significativo de famílias que vivem da natureza, que criam territorialidades e impõem resistências ao modelo dominante. Há inúmeros exemplos destas práticas que atravessam silenciosamente o continente e precisam ser resgatadas, reconhecidas e socializadas para criar uma nova sinergia que consiga de fato disputar o poder com a lógica dominante de uso e extermínio da natureza.

A formação de redes, segundo Saquet (2017), se consolidam no território como coletivos que se efetivam através de ações de caráter voluntário, visando o bem comum e a conquista da autonomia fundamentada numa concepção própria de desenvolvimento. Nesse processo leva-se em conta a constituição e valorização de dois elementos: a identidade e o patrimônio. Ambos são indissociáveis e têm a capacidade de mobilização e renovação da força política na luta territorial. A identidade é produto histórico socialmente construído a partir dos aspectos econômicos e culturais com vinculação direta ao território e à natureza, por essa razão o indivíduo cria laços que se fortalecem no território, no seu cotidiano quando se reproduz dentro desses coletivos, criando uma forma de ligação direta entre o homem e seus meios de sobrevivência.

Nesse sentido, as formas de resistência construídas coletivamente guardam a capacidade de atingir a reprodução do capital e da sociedade como um todo – talvez ainda não de maneira tão impactante, isso dependerá da capacidade de organização dos indivíduos – quando assumem práticas configuradas naquilo que Quijano (2013) denomina como “des/colonialidade”⁹ do poder e que consiste numa transformação radical das bases fundantes das relações de sociabilidade e de reprodução sócio territorial. A radicalidade se apresenta no confronto e superação de um modelo de poder e dominação

⁹A colonialidade do poder refere-se à incorporação de elementos de classificação social e universal da população pelo capitalismo como forma de dominação social, material e intersubjetiva. A “des/colonialidade” é o termo utilizado por Aníbal Quijano (2013) para denominar um conjunto de ações sociais que possa resultar numa autoprodução e reprodução democrática da existência social, em defesa da vida e do planeta como forma de enfrentamento à colonialidade global do poder.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

que se legitimou mundialmente como único, verdadeiro e insuperável, contra o qual este autor propõe:

“a) igualdad social dos indivíduos heterogêneos e diversos, contra a desigual classificação e identificação racial/sexual/social da população mundial; b) por conseguinte, as diferenças, nem as identidades, não seriam mais a fonte ou argumento da desigualdade social dos indivíduos; c) agrupações, pertences e/ou identidades seriam o produto das decisões livres e autônomas de indivíduos livres e autônomos; d) reciprocidade entre grupos e/ou indivíduos socialmente iguais, na organização do trabalho e na distribuição dos produtos; e) redistribuição igualitária dos recursos e produtos, tangíveis e intangíveis, do mundo, entre a população mundial; f) tendência de associação comunal da população mundial, em escala local, regional, ou globalmente, como o modo de produção e gestão diretas da autoridade coletiva e, nesse sentido preciso, como o mais eficaz mecanismo de distribuição e redistribuição de direitos, obrigações, responsabilidades, recursos, produtos, entre os grupos e seus indivíduos, em cada âmbito da existência social, sexo, trabalho, subjetividade, autoridade coletiva e corresponsabilidade nas relações com os demais seres vivos e outras entidades do planeta ou do universo inteiro” (Quijano, 2013: p. 54)

Essas práticas sociais se configuram no “Bem Viver”, que representa um dos debates mais antigos dentro da América Latina, sobretudo nas comunidades indígenas andinas, em torno da construção de formas de resistência contra hegemônicas. A aplicabilidade desse conjunto de práticas tem como desafio enfrentar a capacidade do capitalismo para enfraquecer as manifestações que contrariam o seu modo de organização, por exemplo, quando assume uma imagem mais “humanizada” por meio de governos que tentam transparecer “progressistas”, mas ao mesmo tempo dão suporte estratégico ao grande capital, legitimando a sua truculência na apropriação e expansão do território.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

BARBOSA, Jorge Luiz Barbosa. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalização. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha (orgs.). Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

CEPAL, Cambio estructural para la igualdad, una visión integrada del desarrollo, Santiago, NAÇÕES UNIDAS 2012.

FERNANDES, Bernardo M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (orgs.) Campesinato e territórios em disputa. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, Universidade de São Paulo, março de 2005.

IGLESIAS, Wagner. Volta atrás, O Estado de São Paulo, 19/10/2014.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade, Brasília, UNB, 2002.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. In: Outubro, No. 4. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000.

QUIJANO, Anibal; Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina; A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; 2005.

QUIJANO, Anibal. Bem Viver: entre o "Desenvolvimento" e a "Des-Colonialidade" do Poder. R. Fac. Dir. UFG, v. 37, n. 1, p. 46-57, jan./jun. 2013 p. 49 a 56.

SAQUET, Aurélio e ALVES, Adilson; Processo de cooperação e solidariedade na América Latina, Rio de Janeiro, 1 edição, Consequência Editores, 2017.

SASSEN, Saskia. (1991), The global city: New York, London, Tokyo. New Jersey, Princeton University Press.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo, Studio Nobel, 1998.